



OAB

Seção Goiás

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2015.



À

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás
Rua 1.121, 200, Setor Marista, Caixa Postal 15
74.175-120, Goiânia-Goiás

Goiânia/Goiás, 31 de julho de 2016.

**Assunto. Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis
findas em 31 de dezembro de 2015**

Prezado(s) senhor(es),

Consoante nossa carta-proposta nº. 00016515/ES-VS1, apresentamos nosso relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (“**OAB Goiás**”), relativo às informações findas em 31 de dezembro de 2015.

Teremos prazer em agendar reunião para apresenta-lo ou prestar esclarecimentos adicionais que V.Sa(s). julgar(des) necessário(s).

Cordialmente,


Cássius Pimenta Rodrigues
Sócio

Conteúdo

I. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	03
II. Balanço patrimonial	
III. Demonstração de resultado do exercício	
IV. Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
V. Demonstração do fluxo de caixa	
VI. Notas explicativas às demonstrações financeiras	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores da

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás

Rua 1.121, 200, Setor Marista, Caixa Postal 15

74.175-120, Goiânia-Goiás

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1. Limitação ao escopo de auditoria – “Adiantamento à Subseções”

Conforme apresentado na nota explicativa número 5, em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de “Adiantamento à Subseções” no ativo circulante totaliza o montante de R\$ 1.232.804 mil, referente a repasses estatutários obrigatórios da seccional às subseções. Foram apresentados relatórios financeiros de prestação de contas das subseções que, em nossos testes, não apresentaram confiabilidade satisfatória, bem como restaram ausentes prestações de contas de subseções diversas não apresentadas até o término de nossos exames, não sendo possível, ainda, a realização de procedimentos substantivos alternativos para o saldo em questão.

Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do saldo de R\$ 1.232.804 mil, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

2. Limitação ao escopo de auditoria – “Imobilizado líquido”

Conforme apresentado na nota explicativa número 8, em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de “Imobilizado líquido” no ativo não circulante contém em sua composição valores referentes a saldos de equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, edificações, entre outras espécies de imobilizados, totalizando o montante de R\$ 30.290.762 mil, sendo este o saldo já deduzido das respectivas depreciações apresentadas, os quais não foram apresentados documentações e relatórios financeiros ou controles suportes, bem como não foi possível a realização de procedimentos substantivos alternativos para o saldo em questão.

Desta foram, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do saldo de R\$ 30.290.762 mil, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

3. Limitação ao escopo de auditoria – “Fornecedores”

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica de “Fornecedores”, classificada no passivo circulante, totaliza o montante de R\$ 2.242.253 mil. Não foram apresentados documentações e relatórios financeiros ou controles suportes, bem como não foi possível a realização de procedimentos substantivos alternativos para o saldo em questão.

Desta foram, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do saldo de R\$ 2.242.253 mil, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos provenientes dos assuntos descritos nos parágrafos bases para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente e em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos - Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que em 30 de junho de 2015 emitiram relatório de auditoria com as modificações a seguir:

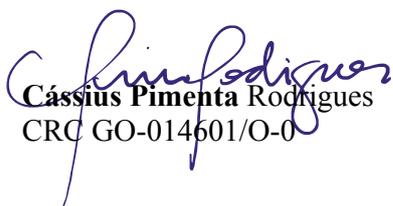
- (a) Reconhecimento de anuidades e outros serviços pelo regime de caixa, em detrimento do regime de competência, este último de acordo com a legislação contábil vigente no Brasil à época.
- (b) Ausência de cômputo dos custos com depreciação e amortização no ativo imobilizado, bem como ausência de conciliação adequada sobre as respectivas rubricas.
- (c) Ausência de instrumentalização adequada e objetiva de operação de alienação ou dação de bens em pagamento de quitação de dívida decorrente de conversão do valor de R\$ 4.246.923 mil de obrigações estatutárias em favor da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (CASAG).

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2014, tomadas em conjunto.

Goiânia, Goiás, 31 de julho de 2016.



Marol Auditoria e Consultoria Contábil e Empresarial S/S Ltda.
CRC GO-001101/O-2



Cássius Pimenta Rodrigues
CRC GO-014601/O-0

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás

Demonstrações financeiras em 2015 e 2014

Balanço patrimonial

Demonstração de resultado do exercício

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO 2015

	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	11.966.357,87	1.386.718,78	PASSIVO CIRCULANTE	14.181.728,54
DISPONIVEL	1.706.698,18	1.091.435,81	OBRIGAÇÕES A PAGAR	14.181.728,54
CAIXA	744.884,13	621.227,77	FORNECEDORES	2.242.253,30
BANCO CONTA MOVIMENTO	767.043,73	133.686,54	PESSOAL A PAGAR	511.598,33
APLICAÇÃO FINANCEIRA DE LIQ. MEDIATA	197.711,41	336.521,50	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.202.251,19
CHEQUES EM TRANSITO	-2.941,09	-	CONSIGNAÇÕES	663.474,73
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	10.259.659,69	295.282,97	OBRIGAÇÕES ESTATUTARIAS	3.600.764,84
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATORIAS	8.583.147,19	23.680,37	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	1.819.630,02
CHEQUES EM COBRANCA	50.385,46	41.126,94	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.447.415,02
ADIANTAMENTOS A SUBSEÇÕES	1.232.804,93	16.922,83	PROVISÕES TRABALHISTAS	1.434.836,14
ADANTAMENTOS A EMPREGADOS	7.131,13	-		1.079.134,99
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	362.480,46	206.283,33		-
DEPOSITOS JUDICIAIS	23.710,52	7.269,50		-
DESPESAS ANTECIPADAS	-	-		-
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	540.400,15
APLICAÇÕES	0,00	0,00	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	452.083,31
BICBANCO	0,00	0,00	FINANCIAMENTOS	33.244,99
			IMPOSTOS E TAXAS	55.071,85
			TRIBUTOS PARCELADOS	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	30.848.232,04	28.045.051,84	SOMA REAL DO PASSIVO REAL	14.722.128,69
INVESTIMENTOS	557.469,77	465.064,87	Saldo Patrim. At. Acumulado	28.092.461,22
TITULOS DE CREDITO	557.469,77	465.064,87	SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO	19.104.807,61
IMOBILIZADO	30.290.762,27	27.579.986,97	SUPERAVIT DO EXERCICIO	5.478.738,65
BENS MOVEIS	7.506.278,11	7.330.935,07	AIUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.508.914,96
BENS IMOVEIS	22.796.154,59	20.260.722,38		-
(-) DEPRECIACOES	-11.670,43	-11.670,43		-
INTANGIVEL	-	-		-
DIREITO DE USO DE SOFTWARES	-	-		-
TOTAL	42.814.589,91	29.431.770,62	TOTAL	42.814.589,91



Rui Carlos Pizzolatto
CRC Nº. 238.816-7/66
CPF: 176.473.528-10







Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS		
	2.015	2.014
RECEITAS	35.427.375	26.419.407
RECEITAS OPERACIONAIS ORDINÁRIAS	20.332.453	13.228.611
Anuidade do Exercício	14.018.805	9.007.553
Anuidade do Exercício Anteriores	2.833.653	2.344.391
Taxas e Emolumentos	1.301.778	844.906
Multas	1.195.539	63.483
Inscrições Exame da Ordem	982.678	968.278
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	15.094.922	13.190.796
Recuperação de Despesas	860.739	601.283
Auxílio Financeiro	150.000	158.795
Outras Receitas	3.377.750	2.942.595
Contribuições Voluntárias / Cursos	10.706.433	9.488.123
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS - (CONTRIBUIÇÕES)	- 3.166.572 -	2.727.205
(-) Conselhor Federal	- 1.284.136 -	1.130.023
(-) CASAG	- 1.240.369 -	1.094.965
(-) Fundo Cultural	- 385.240 -	276.212
(-) FIDA	- 256.827 -	226.005
(-) Outras Deduções das Receitas	-	-
TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS	32.260.803	23.692.202
(-) DESPESAS ORDINÁRIAS	- 25.906.381 -	22.081.896
(-) Pessoal e Encargos	- 16.858.606 -	11.430.503
(-) Outras Despesas Operacionais	- 9.047.775 -	10.651.393
RESULTADO OPERACIONAL	6.354.422	1.610.306
RESULTADO FINANCEIRO	- 875.684 -	905.121
Receitas Financeiras	333.771	441.944
(-) Despesas Financeiras	- 1.209.455 -	1.347.065
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	5.478.738	705.185

Raquel M. Franco Pizzolatto
CRC Nº. 3º 238.814-PS
CPF: 176.473.628-10



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO SOCIAL		
EVENTOS	SUPERAVIT ACUMULADO	PATRIMONIO SOCIAL
		Reapresentado
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	18.399.621	18.399.621
Superavit do exercicio	705.186	705.186
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	19.104.807	19.104.807
Superavit do exercicio	5.478.739	5.478.739
Ajuste de exercicios anteriores	3.508.915	3.508.915
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	28.092.461	28.092.461

Raquel M. Franco Pizzolatto
CRC Nº. 3º 238.816-PES
CPF: 176.473.628-10



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

Períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais 1)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	5.478.738,65	705.186,00
RESULTADO	5.478.738,65	705.186,00
Variações em contas de ativos e passivos		24.824,00
Redução (Aumento) nas contas a receber		
Aumento (Redução) CONTRIBUIÇÕES OBRIGATORIAS	- 8.583.147,19	
Aumento (Redução) CHEQUES EM COBRANÇA	- 26.705,09	61.993,00
Aumento (Redução) ADIANTAMENTO ÀS SUBSEÇÕES	- 1.191.677,99	
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	9.791,70	
Aumento (Redução) CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	- 156.197,13	
Aumento (Redução) DEPOSITOS JUDICIAIS	- 16.441,02	1.381,00
Aumento (Redução) nas contas de obrigações sociais e trabalhistas	1.956.086,96	197.983,00
Aumento (Redução) CONSIGNAÇÕES	514.026,81	
Aumento (Redução) CREDORES DIVERSOS	1.933.601,88	136.136,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	- 206.087,98	620.659,00
Aumento (Redução) nas provisões para demandas judiciais		561.228,00
Redução (Aumento) nas contas de obrigações tributárias	- 17.398,18	63.390,00
Aumento (Redução)IMPOSTOS E TAXAS LP	55.072	
Aumento (Redução)AJUSTE DE EXERCICIOS	3.508.914,96	
Disponibilidade líquida gerada pelas atividades	- 2.220.160,42	- 396.328,00
Fluxo das atividades de investimentos		
Aumento (Redução) (Aquisição)/Baixa de Imobilizados	- 2.710.775,00	583.093,00
Aumento (Redução) de Investimentos	- 92.405,00	63.681,00
Disponibilidade líquida gerada pelas atividades após os investimentos	- 2.803.180,00	- 646.774,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (Redução) OBRIGAÇÕES ESTATUTARIAS	1.781.134,82	993.668,00
Redução (Aumento) OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	- 846.268,66	-1.853.381,00
Redução (Aumento) OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS LP	- 775.001,82	
Disponibilidade líquida gerada pelas atividades após os financiamentos	159.864,34	- 859.713,00
Demonstração da variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo inicial do Caixa e Equivalentes de Caixa	1.091.435,00	2.264.239,00
Saldo final do Caixa e Equivalentes de Caixa	1.706.698,00	1.091.435,00
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	615.263,00	1.172.804,00


Raquel M. Franco Pizzolatto
CRC RS. Nº 238.814-PBS
CPF: 176.473.628-10







Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2015

(Em Reais I)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ordem dos Advogados do Brasil - OAB constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Goiás está registrada sob o CNPJ 02.656.759/0001-52 e está localizada no município de Goiânia, à rua 1.121 nr. 200, Setor Marista Goiânia-GO. A Seccional Goiás conta com 45 subseções espalhadas pelo estado de Goiás.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações financeiras, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária da Lei 6.404/76 adotando as alterações promovidas pelas leis: 11.638/07 e 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis e as normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

b) Moeda de Apresentação Funcional - As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real.

c) Práticas contábeis ainda não adotadas - Não registro de custos de depreciação/amortização e de não registro, por competência, da carteira de contas a receber. Não foi feita a revisão de vida útil e valor residual dos bens patrimoniais.

d) Reapresentação das demonstrações financeiras de 2014 para fins de comparabilidade.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço (imune da retenção do imposto de renda).

Em 31/12/2015 existem movimentos de caixa de algumas subseções que não haviam sido contabilizados.

b) Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por aplicações financeiras e financiamentos estão apresentados no balanço patrimonial por valores que se aproximam ao valor de mercado.

c) Contas a receber Anuidades / Outros

As anuidades e outros serviços a receber foram contabilizados pelo regime de competência, reconhecendo a carteira de contas a receber de anos anteriores conforme descrito no balancete.

d) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Imobilizado / Intangível

O Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção. A Entidade não vem contabilizando os custos de depreciação dos bens do seu ativo imobilizado. A Entidade não vem contabilizando a amortização dos bens classificados no seu intangível.

A Entidade ainda não efetuou a revisão das vidas úteis e valores residuais de Ativos imobilizados.

f) Passivo circulante e não circulante



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridos até a data do balanço.

g) Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias devidas ao Conselho Federal, Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás e Fundo Cultural, são constituídas de acordo com o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, previstos na lei 8.906/94.

Conforme Termo de Acordo e Repactuação relativo a repasse estatutário entre a Ordem dos Advogados de Goiás e a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás foi deliberado a alteração do percentual de repasse relativos às anuidades arrecadadas de 20% para 10%. Este acordo terá vigência no triênio 2013/2015.

h) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A principal estimativa é relacionada às demandas judiciais.

i) Provisão para demandas judiciais

Os processos judiciais da Entidade são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres de assessores jurídicos da OAB-GO, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Demandas Judiciais Ativas são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Demandas Judiciais Passivas são provisionados quando os riscos de perdas forem avaliados como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com riscos avaliados como perdas possíveis não são provisionados, porém são divulgados em notas explicativas. Os passivos contingentes com risco de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

j) Obrigações sociais e trabalhistas

São constituídas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do levantamento do balanço.

k) Apuração do resultado

O resultado, é apurado em conformidade com o regime de competência.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representa os recursos financeiros de disponibilidade imediata, que estão mantidos em caixa, contas correntes e aplicações financeiras, conforme apresentado a seguir:

Descrição	2015	2014
Caixa*	744.884	624.919
Bancos Contas Correntes	767.043	133.686
Aplicações Financeiras de Liq. Imediata**	197.711	336.521
Valores em Trânsito	(2.941)	(3.691)
Total	1.706.698	1.091.435

* Refere-se a montantes em espécie alocados nos caixas da seccional e subseções.

**As aplicações financeiras referem-se a operações de alta liquidez, que estão prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

NOTA 5 - ADIANTAMENTOS

Descrição	2015	2014
Adiantamento a Subseções	1.232.804	41.127
Adiantamento a Fornecedores	278.384	107.789
Adiantamento a Funcionários	7.131	16.923
Total	1.518.319	165.839

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER / OUTROS

Descrição	2015	2014
Cheques Devolvidos	50.386	23.680

2



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

Títulos a Receber Jurídico	84.096	98.494
Contribuições Obrigatórias	8.583.147	0
Total	8.717.629	122.174

As anuidades e outros serviços a receber até 2014 eram contabilizadas pelo regime de caixa. A partir de 2015 foram reconhecidas por regime de competência.

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

Refere-se a Títulos de Crédito (Ações) junto a Instituição Credijur. Referidos títulos são atualizados anualmente pelo valorização dessas ações. A Entidade tem intenção de manter esses títulos em parte de seus investimentos permanentes.

NOTA 8 - IMOBILIZADO / INTANGÍVEL

Apresenta-se a seguir a composição e movimentação do ativo imobilizado:

a) Composição

Descrição	2015	2014
Biblioteca	442.169	442.169
Equipamentos de Informática	1.349.352	1.280.608
Máquinas e Equipamentos	3.214.867	3.121.858
Móveis e Utensílios	2.254.183	2.197.514
Obras de Arte	9.808	9.808
Veículos	194.768	229.049
Edificações	16.845.715	16.821.729
Terrenos	484.693	484.693
Obras em Andamento	5.447.747	2.936.300
Instalações	18.000	18.000
(-) Depreciação	(11.670)	(11.670)
Total Imobilizado	30.249.631	27.538.856
Softwares	41.131	41.131
Total Intangível	41.131	41.131

b) Movimentação do Imobilizado

	2014	Adições	Baixas	Transferências	2015
Biblioteca	442.168	-	-	-	442.168
Equipamentos de Informática	1.323.687	25.665	-	-	1.349.352
Máquinas e Equipamentos	3.121.858	93.009	-	-	3.214.867
Móveis e Utensílios	2.197.513	56.670	-	-	2.254.183
Obras de Arte	9.808	-	-	-	9.808
Veículos	194.768	-	-	-	194.768
Edificações	16.821.729	23.985	-	-	16.845.715
Terrenos	484.693	-	-	-	484.693
Obras em Andamento	2.936.300	2.535.432	23.985	-	5.447.747
Instalações	18.000	-	-	-	18.000
(-) Depreciação	11.670,43	-	-	-	11.670,43
Total Imobilizado	27.538.856	2.734.761	(23.985)	-	30.249.631
Softwares	41.131	-	-	-	41.131
Total Intangível	41.131	-	-	-	41.131

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

A seguir, descrição das obras em subseções que estão em andamento:

Subseção Tipo de obra:

Anápolis obra/constr. Sede administrativa
Firminópolis Obra/Constr. Sede Adm. E Reformas
Goiânia/centro de cultura esporte e lazer - cel
Iporá obra/constr. Sede adm. E reformas
Itaberaí obra/constr. Sede adm. E reformas
Jataí obra/constr. Sede adm. E reformas
Luziânia
Rio verde obra/reforma sede social
Uruaçu obra/constr. Sede adm. E reformas

NOTA 9 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a Financiamento e Empréstimos obtidos junto a Instituições Financeiras conforme exposto a seguir:

Tipo de Operação	Vencimento	Encargos	2015	2014
Empréstimo – CREDIJUR	Nov/2015	1,83% a.m.	204.244	2.227.698
Empréstimo – CEF	Julho/2017	0,49% a.m. + CDI	1.505.955	2.002.083
Empréstimo – BICBANCO	Ago/2015	0,5% a.m. + CDI	0	1.128.988
Empréstimo – Santander		Conta Garantida 1,64% a.m.	2163.895	162.000
Circulante			3.447.415	4.293.684
Não Circulante			452.083	1.227.085
Total Geral			3.899.498	5.520.769

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2015	2014
Pessoal a Pagar	511.598	2.897
FGTS a Recolher	234.911	62.919
INSS Patronal	810.997	246.180
INSS Empregados	319.134	51.068
INSS Serviços Prestados Pessoa Física	11.132	6.854
Provisões Trabalhistas	1.079.135	524.902
Total	2.966.907	894.820

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2015	2014
INSS Serviços Prestados Pessoa Jurídica	32.254	24.438
IRRF Empregado	51.723	38.413
IRRF Serviços Prestados	5.432	2.391
ISS	28.319	16.557
Contribuição Sindical a Recolher	187	790
CSLL/PIS/COFINS	39.522	8.937
Total	157.437	91.526



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES ESTATUTÁRIAS

A composição dessa conta refere-se a provisão para repasses estatutários, conforme a seguir:

Descrição	2015	2014
Conselho Federal	1.963.984	679.848
Caixa de Assistência	460.176	960.979
Subseções	919.774	36.314
FIDA	256.827	142.489
Total	3.600.765	1.819.630

Conselho Federal - Em 31 de dezembro de 2015, o valor provisionado, a pagar, ao Conselho Federal refere-se a parte de repasses decorrentes de receitas ocorridas em 2015 no montante de R\$ 1.284.136 e R\$ 679.847 relativo a 2014,

Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás - Casag - Em 31 de dezembro de 2015, o valor provisionado, a pagar, para a CASAG refere-se a repasses decorrentes de receitas ocorridas em 2015 no montante de R\$ 460.176.

Conforme termo de acordo e repactuação relativo a repasse estatutário, foi deliberado a alteração do percentual de repasse relativos às anuidades arrecadadas de 20% para 10%, este acordo terá vigência até 31/12/2015.

Fida - Em 31 de dezembro de 2015, o valor provisionado, a pagar, ao Fundo de Integração e desenvolvimento Assistencial refere-se a repasses decorrentes de receitas ocorridas em 2015 no montante de R\$ 256.827.

Subseções - Em 31 de dezembro de 2015, o valor provisionado, a pagar, as Subseções refere-se a repasses de duodécimos para a manutenção das mesmas que são pagos conforme a prestação de contas no montante de R\$ 919.774.

NOTA 13 - OUTROS

Referem-se a créditos diversos depositados nas contas correntes bancárias da Entidade, cujas origens não foram identificadas.

NOTA 14 - PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões civis, trabalhistas e tributárias.

As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres dos assessores jurídicos, e são registradas contabilmente de acordo com as regras mencionadas na Nota Explicativa nº 3.

a) Resumo das ações classificadas como "risco provável" e provisionadas

Processo	Nº do Processo /Nome da Parte	Valor
	PROCES. 2009.35.00.002057-7 ACELVES ANTONIO DA SILVA	18.000
	PROCES. 2004.35.00.005809-0 LUCIA REGINA SHNEIDER ALENCAR E TAVORA	13.200
	PROCES. 46957-21.2010.4.01.3500 Rosana Rabello Padovani Messias	53.000
	PROCES. 0068000-48.2008.5.18.0001 MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO	85.537
	PROCES. 18396-79.2013.4.01.3500 MARIA DAS GRAÇAS GONÇALVES OLIVEIRA	50.000
	PROCES. 28756-10.2012.4.01.3500 EDITH SEBASTIANA DOS PASSOS	35.000
	PROCES. 47691-73.2013.4.01.3400 MILENA MASSA DE MELO	5.000
	PROCES. 11280-48.2014.5.18.0002 ANTONIO CARLOS COSTA FILHO	452.431
	PROCES. 12394-58.2014.5.18.0281 JOÃO BATISTA FERREIRA FILHO	101.138
Total		813.307



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

NOTA 15 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social positivo em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 5.478.738, é composto por superávit do exercício e acumulados, apurados nos últimos exercícios sociais, conforme demonstrado no quadro das Mutações do Patrimônio Social.

NOTA 16 - CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS / CURSOS

A Contribuição Voluntária basicamente reflete o detalhamento da arrecadação do período, obtida no recebimento da Contribuição Obrigatória, estipulada para os Advogados e Estagiários. A qual no detalhe da finalidade destina-se (aquisição, edificações, ampliações, reformas, instalações de sedes e compra de mobiliários) da Instituição.

NOTA 17 - RECEITAS DIVERSAS

Referem-se a outras receitas geradas no exercício. Apresentamos a seguir a discriminação das receitas:

Outras Receitas	2015	2014
Fotocópias	942.009	1.94.422
Aluguéis Recebidos	445.156	556.636
Patrocínio para Eventos	30.000	2.000
Receitas Diversas	563.281	528.656
Taxa de Cartão e Carteira	442.892	285.231
Outros	40.624	28.093
Juros e Multas s/ Contrib. Volunt. Do Exercício	115.448	78.317
Juros e Multas s/ Contrib. Volunt. Do Ex. Anterior	295.556	251.304
Receitas de Exercícios Anteriores	472.782	117.936
Total	3.347.748	2.942.595

NOTA 18 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Refere-se as despesas administrativas e gerais incorridas no exercício. Apresentamos a seguir a discriminação das despesas:

Outras Despesas Operacionais	2015	2014
(-) Despesas com Material de Consumo	(2.301.524)	(1.992.059)
(-) Despesas com Serviços PF	(1.012.888)	(819.239)
(-) Despesas com Serviços PJ	(8.676.937)	(7.155.342)
(-) Despesas com Publicações	(9.800)	-
(-) Outras Despesas	(53.438)	(684.753)
Total	(12.054.587)	(10.651.393)

NOTA 19 - COBERTURA DE SEGUROS

a) Cobertura de Seguros

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

NOTA 20 - RISCOS

As operações da entidade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a entidade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus associados ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Risco de taxas de juros



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

Decorre da possibilidade de a entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas e instituições financeiras.

NOTA 21 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houveram eventos, desde a data de 31/12/2015 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.

Ernesto Cavalcanti N.º 7

Raquel M. Franco Pizzolatto

Raquel M. Franco Pizzolatto
CRC Nº. SP 238.816-PSS
CPF: 175.673.228-10

Raquel M. Franco Pizzolatto